

ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO EM ÁREAS PROTEGIDAS NO AMAZONAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Edilza Laray de Jesus

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

edilzalaray@gmail.com

Lucinete Gadelha da Costa

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

lucinetegadelha@gmail.com

Maria Edeluza Ferreira Pinto

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

edeluza@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar uma experiência acumulada na elaboração da proposta pedagógica do Curso de Pedagogia do Campo a ser realizado, inicialmente, em áreas protegidas no estado do Amazonas numa relação entre a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Fundação Amazônia Sustentável e comunitários para onde o curso está sendo construído. A Metodologia da elaboração da proposta do Curso de Pedagogia do Campo no contexto amazônico resulta de trabalho teórico e prático, em horas e dias de diálogo com moradores das comunidades onde o curso será ofertado e também com a Instituição parceira da Universidade para um diagnóstico participativo com moradores das comunidades para onde o Curso será ofertado. Questões fundamentais relacionadas à formação dos professores formadores, a questões epistemológicas, didáticas e metodológicas para a operacionalização do Curso também foram pensadas, haja vista que os sujeitos do campo se constroem e se reconstróem em processos sociais e culturais que precisam ser incluídos desde o currículo até o processo de ensino e aprendizagem. A proposta ora relatada encontra-se em análise na reitoria da UEA e dela emergem desafios e esperanças. A Educação do campo, da floresta e das águas é um projeto para a formação de professores em comunidades rurais, contextualizados em seu tempo, espaço e lugar. Sujeitos que possam, de modo individual e coletivo, exercer o protagonismo em suas comunidades nos diversos espaços onde vivem.

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação de professores. Áreas protegidas.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre processos de formação de professores na atualidade é complexo e desafiador, pois envolve várias perspectivas e tendências que precisam estar claras nas proposituras curriculares, em especial de cursos de pedagogia que tem a tarefa de trabalhar a formação de professores para atuarem na primeira etapa da educação básica. Esta preocupação se estende às regiões diversas como a Amazônia, que é vista por diferentes interesses geopolíticos que em muitas situações, fazem com que a visão das características singulares e sua história de exploração e resistência contra uma ideologia de dominação e aculturação das populações nelas presentes, sejam ignoradas.

Acrescenta-se a isso as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores nesta região que ainda têm necessidade de repensar a formação destes, trazendo a reflexão para seu contexto diversas formas de organização, resultante de processos socioculturais construídas historicamente. Questões hoje tidas como centrais nesta discussão não podem mais ficar de fora como é o caso de temas ambientais, organização comunitária, gestão territorial coletiva e sustentabilidade, uma vez que estamos tratando de povos da floresta, possíveis e potenciais formadores de futuras gerações.

O objetivo deste artigo é relatar uma experiência acumulada na elaboração da proposta pedagógica do Curso de Pedagogia do Campo a ser realizado, inicialmente, em áreas protegidas no estado do Amazonas numa relação entre a Universidade, as comunidades dessas áreas e uma Organização não Governamental. A proposta se justifica pela necessidade de cursos de formação de professores para localidades distantes dos centros urbanos, para as quais não há professores com formação profissional que atenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E quando tem, eles são externos às comunidades, permanecem de um a dois meses e abandonam a realidade rural.

METODOLOGIA

O curso de Pedagogia do Campo iniciará em janeiro de 2017 com vestibular específico para moradores das comunidades localizadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Uacari, localizada no município de Carauari, Rio Negro, no município de Manaus e Juma no município de Novo Aripuanã. As famílias vivem da pesca, de pequenas plantações e outros ainda que moram no município de Manaus trabalham na sede, que também é a capital do estado do Amazonas.

Existe nas comunidades mostradas na Figura 1, Associações de moradores que vem tentando desenvolver ações que permitam uma maior organização comunitária. Segundo membros da associação e comunitários, há uma necessidade de conscientização dos moradores da importância da participação destes para o processo de organização e gestão da reserva. Dessa forma, nas unidades que são atendidas pela FAS existem núcleos de pesquisa com alojamento, laboratório de informática e centro de telemídia. Na figura 1 tem-se o mapa do Estado do Amazonas com destaque para as Unidades de Conservação atendidas pela FAS e que demandam formação de professores para as crianças das comunidades.

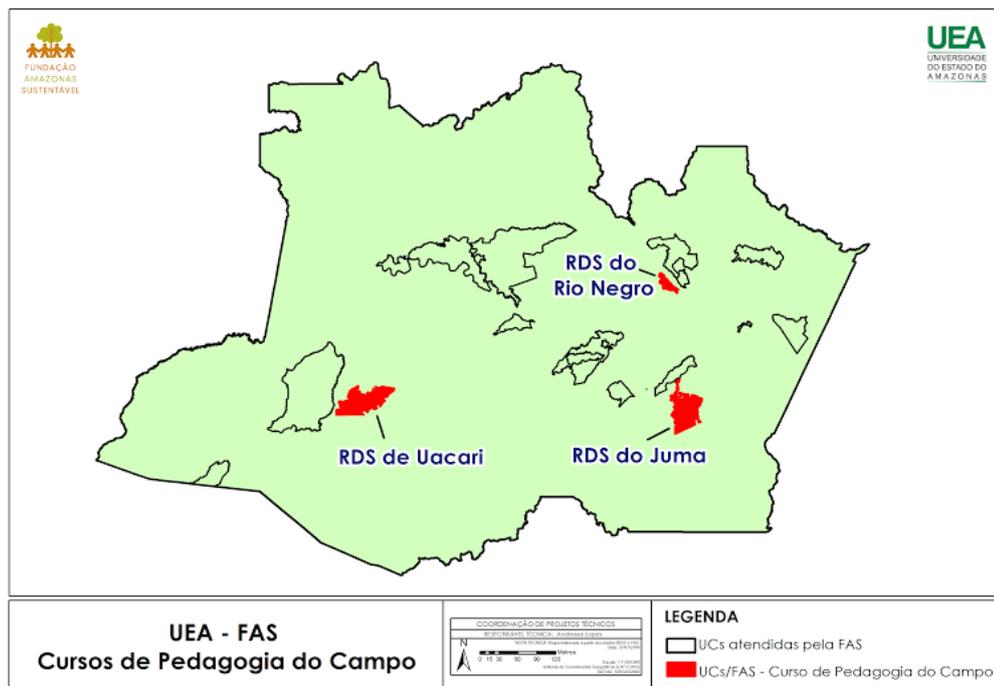


Fig. 1: Mapa das RDS no Amazonas onde o Curso de Pedagogia do Campo será ofertado.
Fonte: FAS/UEA, 2016.

Na escola sede das RDS existem escolas municipais que atendem à educação infantil até o 5º ano e escolas estaduais que atendem, por meio de salas multisseriadas do 6º ao 9º ano e o ensino médio por meio do ensino mediado por tecnologia. De acordo com as falas dos moradores há “*Dificuldade de professores para atuarem no local. Necessidade de formar ex-alunos do ensino médio para permanecerem na localidade com educação pensada a partir deles*”.

Vários foram os pontos de sondagem que culminaram na base para elaboração da proposta como: Em que e como a comunidade trabalha? Como percebem a escola? Como deve ser a educação? Que projetos têm na comunidade? Destaca-se aqui a fala da comunidade quanto a sondagem sobre que a formação almejada por eles: “*A formação deve iniciar desde*

a educação infantil com ênfase na sustentabilidade. [...] Deve ter Educação Ambiental desde a educação Infantil”.

No que se refere aos conteúdos considerados essenciais para serem trabalhados em um currículo de formação de professores para aquela realidade, foi destacado: Sustentabilidade, ecologia, biodiversidade, legislação ambiental, ética e formação humana, turismo de base comunitária, políticas públicas, Inclusão e educação especial, e relação família e escola.

Após a discussão da comissão e as leituras e reflexões sobre a Amazônia, partiu-se para as visitas *in loco* para ir ao encontro dos sujeitos das comunidades para entender e viver o contexto das RDS para, posteriormente, refletir sobre a proposta curricular. A elaboração desta proposta resulta do trabalho coletivo da comissão composta pela Portaria 1490/2015 – GR/UEA permeada pelo processo dialógico em diferentes instâncias, dentre as quais destacamos o Comitê Estadual da Educação do Campo, o Colegiado do Curso de Pedagogia e a Prograd/UEA, por meio da Câmara de Apoio ao Ensino de Graduação – (CAEG).

As estratégias e metodologias de trabalho utilizadas pela comissão consistiram em encontros semanais para discussão, análises de documentos e legislações, referenciais teóricos que fundamentaram a base conceitual do curso e proposições na elaboração da proposta. Foi constituído o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como propositor de um processo de reflexão de práticas formativas e de mobilização em favor de uma educação contextualizada na realidade amazônica tendo como referência os princípios da Educação do Campo.

Levando em consideração o contexto amazônico e a característica das áreas protegidas a proposta foi delineada a partir das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB 1, 03/04/2002); da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) (Decreto nº 7.352, 04/11/2010), visando contribuir na formação de professores que participarão do processo de construção de uma escola pública e popular em nosso contexto amazônico.

A proposta apoia-se ainda nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006 (Fixam as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura em Pedagogia); Resolução do CNE/CP nº 02 de 02/07/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e atende ao disposto nos artigos 12º, 13º e 53º da Lei 9.394/96 que permitem aos estabelecimentos de ensino formular suas propostas, respeitando as normas comuns do sistema de ensino e as diretrizes das políticas do Estado em criar cursos de educação com seus respectivos currículos e executá-los.

Além disso levou em consideração as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC – Lei nº 9.985\2000 que regulamenta e organiza no Brasil as áreas protegidas. Assim, a proposta visa atender a formação inicial de professores que se encontram em contextos rurais do estado do Amazonas, com ênfase na docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A elaboração do curso de Pedagogia do Campo no contexto amazônico, traz à tona a o desafio de construirmos espaço de diálogos na constituição de uma educação do campo, das águas e das florestas. Tal processo de construção deste curso possibilitou a retomada de questões fundamentais na formação de professores e nos desafios na formação dos educadores que também formarão outros sujeitos num processo contínuo de busca na contextualização do ensino, na possibilidade de construção de currículos numa perspectiva crítica, fortalecendo experiências na construção de uma educação pública de qualidade em nosso contexto amazônico, como preconiza a Constituição Brasileira.

Para a UEA em seus dezesseis anos de existência, ofertar curso de formação para professores dentro de uma comunidade rural é experiência pioneira. Mesmo sendo a maior universidade multicampi do Brasil, seu histórico em relação a ofertas de cursos tem ocorrido nas sedes dos municípios do Amazonas. No intuito de entender melhor o desafio geográfico e cultural dos locais onde os cursos serão ofertados, contextualizamos as áreas protegidas.

Preocupações na formação dos professores-formadores, sobre a transposição didática dos conteúdos em consonância e respeito aos saberes e realidades sociais, históricas econômicas e ambientais dos contextos rurais amazônicos, bem como com a formação dos sujeitos com os quais ele irá trabalhar, crianças, jovens e adultos por meio dos processos educativos desenvolvidos nas escolas constituíram e constituem preocupações da proposta.

Essa perspectiva ajudou na definição da Pedagogia da Alternância para todo o Curso e os recortes epistêmicos no desenvolvimento do currículo foram articulados pelos princípios do tipo de educação que se pretende no curso de Pedagogia do campo. A forma como estão distribuídas as disciplinas levam em consideração a necessidade de articulação entre as áreas do conhecimento e apresenta a pesquisa como eixo articulador entre as áreas.

Diante desses aspectos a proposta foi pensada em 04 eixos que se articulam nos 04 anos de formação. Numa perspectiva de ensino articulado a pesquisa e extensão iniciando com eixo vertical no processo de articulação entre as disciplinas o tema sobre o trabalho, culturas e educação do/no campo, passando aos espaços formativos: saberes e práticas no campo, suas diferentes práticas docentes do/no campo e com ênfase na docência do/no campo. Cada eixo foi constituído por duas etapas que se articulam para atender o objetivo do eixo em que fazem parte. Ao final de cada etapa tem-se um seminário integrador que permitirá ao

estudante socializar o conhecimento construído em cada etapa durante as disciplinas e que compões processualmente o processo de pesquisa no decorrer do curso.

O processo de elaboração da proposta do curso constitui-se numa dinâmica coletiva passando por diferentes instâncias como o colegiado do curso regular de Pedagogia no qual o curso se origina, o Comitê Estadual da Educação do Campo e as Instâncias acadêmicas na Escola Normal Superior recebendo contribuição de professores/pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de construção da proposta do Curso – o contexto e as inter-relações

É possível constatar que existe, por muitos, uma confusão conceitual sobre Região Norte, Amazônia e Estado do Amazonas. A Região Norte do Brasil é uma divisão legal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000) para efeitos de planejamento. A Amazônia Legal corresponde, segundo do IBGE, a uma área de 5,2 milhões de km² da qual fazem parte sete unidades da federação. O Estado do Amazonas é uma unidade federativa do Brasil. O estado do Amazonas é considerado o maior estado em extensão territorial do Brasil, composto por 62 municípios em que as cidades são demarcadas pela presença da floresta, no qual os rios exercem um papel sociocultural e político que influenciam na diversidade cultural existente, podendo ser considerado, portanto, como um estado ribeirinho no contexto da Amazônia.

O termo Amazônia está ligado a uma imensa área ocupada pela floresta equatorial latifoliada e por rios caudalosos que ultrapassam os limites políticos do território Brasileiro e correspondem a 7,8 milhões de km² localizados ao norte da América do Sul, sendo classificada como Amazônia Internacional, Amazônia Total ou Pan-Amazônia, por abranger parcialmente a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, a Venezuela, Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia.

Moradores em contextos rurais da Amazônia sofrem com a ausência das políticas públicas e estabelecem uma estreita dependência com a sede do município. Professores que trabalham nas escolas rurais do Amazonas, precisam realizar até doze horas de viagem para buscar soluções para sua comunidade ou para o recebimento de seu salário. E, apesar da longa viagem, na maioria das vezes retornam para sua comunidade, frustrados e sem ter conseguido atingir seus objetivos. O ritmo de vida dessas pessoas se resume na busca constante de viabilizar o seu poder aquisitivo e na ânsia de conquistar e proporcionar melhores condições de vida aos seus familiares. A distância é um fator de grande importância na vida de quem vive neste espaço, pois é a partir dela que se estabelece maior ou menor integração com a sede

municipal, com as comunidades vizinhas, com o acesso à educação e ao atendimento médico e, principalmente, com o grau de ligação com determinado grupo comunitário.

Em termos de educação, saúde e oportunidades de renda o cotidiano rural caminha em ritmos diferenciados da capital, Manaus. O Estado não se faz presente nesses aspectos e este fato provoca a indução gradativa ao êxodo rural e apresenta algumas particularidades sociais e econômicas que precisam ser levadas em consideração ao se pensar na educação como direito de todos. Moradores de áreas rurais, independentemente de São pessoas de direito que vivem em área de baixa concentração demográfica com baixa renda da população. Muitos cedo incorporam os filhos no trabalho familiar para incrementar a mão-de-obra, sendo esta uma realidade apontada por Jesus (2009) como um dos fatores para o abandono da escola.

Acrescenta-se ainda a distância entre as comunidades, o tempo dedicado ao ato de locomover-se, os riscos do transporte fluvial, o limitado acesso aos serviços públicos de saúde e as características culturais das populações de várzea e de terra firme como desafios presentes no cotidiano rural, traço este bem comum das sociedades, que percebem a educação escolar como o caminho para uma vida melhor nas próprias comunidades. Assim, surgem múltiplas e polêmicas abordagens sobre a questão educacional. Entre elas é ressaltada a preocupação da família com relação à educação dos filhos e com as exigências do mercado de trabalho quando os empresários cobram a qualificação da mão-de-obra.

Nesse sentido, e em meio a tais variantes que resultam da preocupação com a questão educacional, o direcionamento de um olhar mais crítico com relação a formação de professores na e para a zona rural do Amazonas, na tentativa de entendermos como diretrizes de âmbito nacional foram sendo implantadas e até que ponto encontram-se adaptadas às singularidades locais. Concordando com Jesus (2009), no Amazonas, tal como nos demais estados brasileiros, a educação trabalha para legitimar o sistema econômico por meio da submissão das pessoas ao modo de produção capitalista e às contradições por ele engendradas.

Por razões econômicas e socioculturais já apresentadas, a educação rural está relegada a planos inferiores. Uma das explicações para esta afirmativa deve-se ao papel do Estado e aos interesses de classe que ele representa: os da classe dominante -, criando mecanismos de sustentação moral, material, cultural e política para a sua reprodução. Em outras palavras, o Estado tem na escola um instrumento de reprodução das ações conservadoras e educa para o capital, muito embora, esta relação com os trabalhadores rurais esteja impregnada pelas contradições que marcam as lutas pela terra de trabalho. Por isso,

como afirma Roseli Caldart (2000) os movimentos sociais educam para a organização da classe que vive do trabalho com/da terra.

A ideia de que a civilização é sinônimo de cidade é legitimada pela escola e também por outras agências que atuam em contextos rurais. A cidade é o *locus* com cultura e modos de vida superiores e para lá pessoas e sonhos se encontram. Associando a ausência do Estado e a ideia da cidade como o lugar do desenvolvimento, do trabalho, de acesso a escolas e a serviços de saúde, tem-se um mosaico que contribui e explica a expulsão das famílias do campo, chamada por muitos de êxodo rural.

Um contraponto a esse modelo de educação é a perspectiva da Educação do Campo, porque ela se constrói com e para pessoas que vivem e trabalham no campo e respeita os saberes, a cultura e a identidade de todos os sujeitos, como cita Caldart (2004, p. 28): “A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do sem destino”.

Neste sentido, nossa luta maior é em prol da construção de uma escola pública popular, considerando que uma das grandes preocupações de professores e professoras na sociedade é a de repensar a função social da escola, o que constitui desafios aos pesquisadores, assumindo relevância na área da formação de professores e de políticas públicas na Educação do Campo (COSTA, 2012).

Na Amazônia, o *campo* é caracterizado pelos povos da floresta e ribeirinhos, daí se denominar de educação do campo, da floresta e das águas. Esta opção política de pensar a educação ajuda esses povos a refletirem acerca da sua realidade e das contradições engendradas pelo capital no intuito da busca de um projeto de sociedade em que eles próprios tenham autonomia de pensar e de agir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Áreas protegidas e populações humanas

No ocidente, a concepção de áreas protegidas nasce de um enfoque marcado pelos processos excludentes do modo de produção capitalista. De acordo com Diegues (2000) a ideia de áreas protegidas objetiva proteger a vida selvagem da lógica urbano-industrial que não leva em conta o respeito à natureza.

No século XX, mais precisamente entre as décadas de 1970 e 1980, houve um avanço na criação dessas áreas por conta do movimento ambientalista que, com o caráter

preservacionista, defendia a criação de pedaços de terra intocáveis. Como assevera Diegues, cerca de 5% da superfície terrestre é legalmente protegida, por meio de 7.000 unidades de conservação espalhadas por 130 países. Segundo Diegues, este avanço também atingiu o Brasil.

As áreas protegidas no Brasil são gerenciadas por uma lei específica (Lei nº 9.985/2000) que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), vindo a atender o artigo 225 da Constituição Federal, mas é o SNUC quem classifica as áreas protegidas em Unidades de Proteção Integral, com uso indireto dos recursos e áreas de uso sustentável. As áreas onde o Curso será ofertado se enquadra nesta categoria, a de RDS.

Atualmente, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2016), o Brasil dispõe de 1.979 áreas protegidas totalizando 1.552.769 km². Na Amazônia são 326 com cerca de 1.137.199 km² representando cerca de 27,1% do território nacional, ainda na Amazônia tem-se 245 unidades de uso sustentável que corresponde a 719.706 km² que equivale a 17,1% do território nacional.

O auge da criação de unidades de conservação na Amazônia se deu no período militar, mais precisamente em 1970, com o Programa de Integração Nacional (PIN) que propôs a criação de quinze polos de desenvolvimento na região, bem como a criação de unidades de conservação com o objetivo de amenizar o impacto causado pelos polos industriais na natureza. Tal criação foi feita de forma autoritária, sem consultar a região envolvida. Não se considerava, portanto, a presença de populações tradicionais que eram tidas por alguns autores como posseira ou degradadora.

A partir dos anos de 1980, o movimento ambientalista no Brasil ficou mais ligado às questões sociais, o que implicou na mudança no conceito de áreas protegidas, que agora passaram a considerar o direito das populações tradicionais que habitavam nestas áreas, criando o que Diegues chama de ecologismo social (DIEGUES, 2000) ou ambientalismo camponês (VIOLA, 1991). A política ambiental para essas áreas valoriza o extrativismo e as tecnologias alternativas de produção e parte também da ideia de organização de movimentos sociais contra a implantação de grandes projetos governamentais alguns dos quais tiveram impactos devastadores sobre os modos de vida tradicional da Amazônia.

Parcerias em prol da educação no Amazonas rural

A demanda por um curso de formação de professores foi apresentada à UEA pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que por sua vez é porta-voz da liderança de comunidades rurais.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é uma universidade pública criada no dia 3 de agosto de 2001. Na atualidade a UEA possui mais de 20 mil estudantes regularmente matriculados na graduação e, também, na pós-graduação. É a instituição de ensino superior brasileira com o maior número de unidades que integram a sua composição. Em sua estrutura estão cinco Unidades Acadêmicas na capital (Escolas Superiores); seis Centros de Estudos Superiores e 12 Núcleos de Ensino Superior no interior do estado. Além dos cursos de graduação, sendo esses Bacharelados, Licenciaturas e Tecnológicos, a Universidade também concentra esforços para ampliar a oferta de Pós-Graduação nas mais diversas áreas de pesquisa. Estão em funcionamento dez cursos de Mestrado e cinco de Doutorado. Em nível de pós-graduação *Lato Sensu*, a UEA oferta, também, aproximadamente 100 cursos. Apesar das diferenças socioculturais e econômicas do estado do Amazonas, a UEA tenta responder às aspirações da sociedade amazonense para o desenvolvimento regional preservando a cultura, a vocação e o meio ambiente.

A parceira do projeto do Curso de Pedagogia do Campo é a FAS, uma organização brasileira não governamental, sem fins lucrativos, de utilidade pública estadual e federal (Portaria MJ nº 3.098 de 26/09/2013) que atua em oito Unidades de Conservação (UC) no Estado do Amazonas. A FAS, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), prefeituras municipais, organizações não governamentais e empresas privadas. Em 2015, a FAS assistiu 574 comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas, beneficiando mais de 40 mil pessoas.

A FAS protocolou no dia 13/04/2015 junto a UEA o processo 2015/00013005 solicitando a estruturação de Curso de Pedagogia com ênfase na formação de professor ribeirinho. A demanda apresentada contemplou dois sujeitos que atuam no campo: estudantes que concluíram o Ensino Médio oferecido pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas - SEDUC, mediado por tecnologia e outros comunitários que já concluíram o ensino médio em localidades diversas, que também poderão exercer a docência em áreas ribeirinhas, no ensino fundamental.

Assim, a fim de atender uma nova demanda de comunidades assistidas pela FAS por meio do Programa de Educação e Saúde (PES), a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) da UEA constituiu uma Comissão de professores para elaborar a proposta.

Importante registrar que a primeira experiência da UEA com a proposta da Educação do Campo foi vivenciada por professores da Escola Normal Superior com o curso modular, no período de 2004 a 2008, intitulado *Formação de Professores para o Ensino Fundamental em Áreas de Reforma Agrária*, nos Estados de Roraima e Amazonas, por meio do Convênio firmado em 2003 entre UEA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O objetivo era formar 200 agricultores ou filhos destes, moradores em áreas de assentamento, demanda emanada das reivindicações dos Movimentos Sociais do Estado do Amazonas (AM) e Roraima (RR).

A partir deste curso outras iniciativas emergiram na UEA com a formação e pesquisas voltadas à educação do campo. Por meio de iniciação à pesquisa a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado do Amazonas (Fapeam), estudos foram realizados por professores pertencentes ao GEPEC e estudantes da graduação do Curso de Pedagogia. Nesse processo foram emergindo novas demandas e a mais atual é a Pedagogia do Campo para ser ofertado em três comunidades rurais localizadas em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, no Amazonas.

No epicentro dos desafios está a construção de uma proposta dialógica que leve em conta os sujeitos da educação nas RDS. A formação de professores na Educação do Campo fundamenta-se num movimento de reflexão-ação-reflexão sobre a realidade dos sujeitos que vivem no contexto rural, em especial no cotidiano escolar e seus movimentos de apropriação e construção da realidade na qual a prática pedagógica irá se construindo. Neste sentido, salientamos que a compreensão da cultura do campo é pré-requisito fundamental para uma educação escolar nesse contexto, porque a educação do campo é mais ampla do que a educação escolar do campo e os processos formativos de professores precisam incorporar a preocupação com o contexto social, pelas relações sociais estabelecidas, pela cultura, pela forma de vida, pela identidade do trabalhador do campo (COSTA, 2012).

CONCLUSÃO

A constituição do curso de Pedagogia do Campo no contexto amazônico, traz à tona o desafio pensar os sujeitos históricos e suas relações sociais e ambientais. E nelas estão, por um lado, as marcas da colonização europeia, a dominação e o extermínio de povos indígenas e suas culturas, a criação dos grandes projetos de desenvolvimento alinhados ao grande capital internacional, a processos de exclusão social, à ausência de políticas públicas e do Estado

brasileiro, à degradação da natureza. Por outro lado, tem-se na educação o germe revolucionário de transformação social por meio da formação de consciências críticas, da problematização e proatividade dos sujeitos. A Educação do campo, da floresta e das águas é um projeto utópico na perspectiva de uma utopia realizável, que pretende formar de professores contextualizados em seu tempo, espaço e lugar. Sujeitos que possam, de modo individual e coletivo, exercer o protagonismo em suas comunidades.

Espera-se que ao final do curso os estudantes possam, a partir de um processo de formação, estar conscientes de seus papéis na realidade em que vivem, sendo partícipe de um processo de gestão democrática em suas comunidades, coerente com suas características históricas, capazes de, coletivamente, proporem formas de organização de vida e subsistência com o sentimento de pertença de um espaço construído e que, de direito, a eles cabem a organização por meio de suas decisões políticas.

Finalmente buscamos, na contextualização do ensino, na possibilidade de construção de currículos experiências o acesso uma educação pública de qualidade em nosso contexto amazônico.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- BRASIL. Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01 de 03/04/2002.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01 de 15/05/2006 – Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia.
- BRASIL. CNE/CP nº 02 de 02/07/2015 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- COSTA, Lucinete Gadelha da. **A Educação do Campo: uma experiência na formação do(a) educador(a) no Estado do Amazonas**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPB, João Pessoa, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**, 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e Áreas Úmidas brasileiras, USP, 2000.
- JESUS, Edilza Laray de. **Educação e Desenvolvimento em áreas agrícolas no Amazonas**. Tese de Doutorado. FAGED/UFRGS, 2009.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. <http://www.memoriadomeioambiente.org.br/biblioteca/down/viola.doc>. Acessado em 07 jul. 2016.